

Arqueologia da urbanização

Virgílio Hipólito Correia*

Resumo

Os problemas da urbanização, enquanto fenómeno do foro sócio-económico e do foro geográfico, são analisados do ponto de vista historiográfico: em primeiro lugar, no que diz respeito às perspectivas genéricas de enquadramento do problema; em segundo lugar no que diz respeito ao debate actual sobre a cidade greco-romana e às consequências possíveis dele na arqueologia proto-histórica peninsular.

Abstract

The problems related to urbanisation considered both as a socio-economic and as a geographical phenomenon, are analysed from a historiographic stand-point. Firstly this is done looking at the general perspectives that have framed the subject; secondly attention is given to the current debate on the greco-roman city and to the possible consequences of this debate on the proto-historic archaeology of the Iberian Peninsula.

* Museu Monográfico de Conímbriga.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1980).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 27, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1982).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 29, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1983).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 30, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1984).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 31, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1985).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 32, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1986).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 33, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1987).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 34, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1988).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 35, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1989).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 36, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1990).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 37, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1991).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 38, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1992).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 39, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1993).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 40, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1994).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 41, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1995).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 42, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1996).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 43, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1997).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 44, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1998).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 45, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (1999).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 46, 1-14.

CHATELAIN, J. & COHEN, J. N. (2000).
L'ordre préfixal de l'adjectif. *Revue de
Linguistique* 47, 1-14.

Um debate sobre o tema “Dos povoados fortificados da Idade do Cobre às citânias da Idade do Ferro”, incluído numa série de encontros subordinada ao título “Da aldeia à cidade” pode induzir num incauto a noção de que, liminarmente, se classificam de aldeias os povoados fortificados da Idade do Cobre e de cidades as citânias da Idade do Ferro e, então, para quê debater ?¹

Certamente que não é assim e o problema da urbanização é, aliás, crucial no debate mais vasto (e mais importante para uma reconstrução das sociedades antigas) das formas de organização social. Diria eu (mas é uma opinião talvez não substanciada) que é o debate crucial, junto com aquele que dele é decorrente: o do aparecimento das formas estatais de controle das sociedades.

O fenómeno urbano, tradicionalmente associado à Antiguidade Clássica, levanta problemas, nomeadamente o da classificação. Problema particularmente agudo, na própria Antiguidade Clássica, porquanto então se associavam estritamente a classificação de “cidade” a um vasto campo de realidades sociais, económicas e políticas, nomeadamente privilégios dos habitantes dos locais como tal classificados (ou entendidos). Não era, todavia, o conjunto destas realidades que constituía a definição operativa de cidade, para os antigos, sendo esta sobretudo morfológica. Daí a perplexidade de Pausânias (citado em Veyne, 1989, p. 181):

Poder-se-á chamar cidade a um lugar sem edifícios públicos, sem ginásio, sem teatro, sem praça nem canalização de água, nem mesmo uma fonte, e onde as pessoas vivem em cabanas semelhantes a choças dispostas no rebordo de uma ravina ?

Todavia, se perante esta pergunta retórica dermos a resposta inevitável, não classificaremos como “cidade”, em território português e no estado actual

¹ O presente texto constituiu uma intervenção introdutória ao debate “Dos povoados fortificados da Idade do Cobre às citânias da Idade do Ferro”, integrado nos Encontros do Museu de 1998 que tiveram como tema “Da aldeia à cidade”. Manteve-se na publicação o aspecto *ad hoc* que uma intervenção desse género inevitavelmente tem, a expensas de um tratamento mais aprofundado que o tema indiscutivelmente mereceria.

da nossa investigação, nenhum povoado anterior à romanização, nem mesmo muitas das sedes de *civitates* romanas.

Para estes problemas fomos nós (arqueólogos) alertados por Stuart Pigott (1972, *apud* Ucko, 1995, x):

Devemos evitar confusões semânticas quando usamos certas palavras e nomes para certas coisas. Usemos a palavra “cidade”, que no mundo antigo se dizia POLIS OU URBS, mas temos de considerar se não estaremos a cair naquele erro costumeiro de confundir os nomes com as coisas propriamente ditas e, enquanto usamos um nome que denota conceitos modernos, esquecermos que não são esses os conceitos da antiguidade letrada nem, podemos supôr por uma dedução plausível, os da antiguidade pré-letrada.

Consideremos, portanto a forma como os arqueólogos que trabalham fora do âmbito clássico têm considerado o fenómeno urbano. Na minha opinião, as variadíssimas abordagens podem reduzir-se a duas perspectivas:

- Uma tradição taxonómica (particularmente comum em estudos proto-históricos), que tende normalmente a tomar como fenómeno essencial da classificação urbana, ou a extensão do habitat ou a estimativa da população aí residente (o que vem a ser, pelo menos conceptualmente, o mesmo). É a posição, já clássica de J. Collis [(1984, vd. Gallaecia, 14-15), seguido em Audouze e Buchsenschutz 1989, especialmente p. 307-313. Wells, 1988, matiza a questão, particularmente do ponto de vista cronológico; para o território português (Silva 1995). Eu próprio, em Correia, 1995, nomeadamente p. 249-250 e nota 3, contornei a questão de uma forma que agora me parece desajeitada. Em Buschenschutz (n. p.) encontramos uma mutação importante na sua posição: a de que o fenómeno dos *oppida* não constitui uma evolução no sentido da urbanização mas sim um outro processo, original e talvez endémico da Europa Continental, o de nucleação segundo uma fórmula “para-urbana”. Uma opinião do mesmo género pode encontrar-se em Renfrew, 1994, especialmente p. 157-161].
- Uma tradição processualista (bem conhecida na arqueologia do Próximo e Médio-Oriente – Redman, 1978, com crítica da bibliografia anterior; Wilkinson, 1994; para a Península Ibérica, Nocete, 1989; Chapman, 1995 e Jorge, 1994, entre outros.), que deixa de lado a determinação de um limiar, acima do qual se encontraria o fenómeno urbano *optimo iure*, para verificar, através da reconstituição de um processo evolutivo, económico e social, o aparecimento de centros funcionais que, em contexto específico, são então classificados de cidades.

Estas duas perspectivas não são, porém, incompatíveis, pois a concentração funcional implica, ou promove, em larga medida, concentração populacional (e vice-versa também é verdade).

Mas um e outro destes processos de raciocínio partilham do facto, que no caso concreto é danoso, sendo por isso mais correcta a expressão de que “enfermam do facto”, de reificarem “a cidade” como uma meta-categoria – seja estatística, do ponto de vista taxonómico; seja funcional, do ponto de vista pro-

cessual – cujas características (cujos “descritores”, em suma) não são racionalizáveis. Deste erro, se o é, não estão todavia isentos os próprios geógrafos:

Uma cidade é quando as pessoas sentem que aí estão (Beajeu-Garnier e Chalot 1967 *apud* Chapman 1995).

(O que, em Arqueologia, é manifestamente um *OXÍMORO*).

Pessoalmente, parece-me muito importante tentar, “objectivar as condições de objectivação” (Bourdieu 1980, p. 51-86), no caso as relativas a este conceito que denotamos com a palavra “cidade”, como forma de evitar uma pretensa objectividade, que só enganosamente seria quantificável (penso, por exemplo, na definição de cidade como uma “unidade de povoamento que realiza funções especializadas relativamente a um território mais vasto.” Trigger, 1972, *apud* Chapman 1995, p. 31).

Que se me permita, retoricamente, a proposta de uma definição que é intencionalmente tautológica:

Uma cidade sê-lo-á se for um centro, e um qualquer centro poderá ser classificado de cidade se desempenhar o papel que as cidades (e não outro centro qualquer) realizam.

Ora, se aceitarmos que “devíamos convir em que ‘centro’ é um conceito relativo, afirmado por uma cultura em consequência da visão do mundo nela prevalecente e do seu sistema de valores. É, portanto, um valor que se reclama ao nível da prática social” (Szinkiewicz 1995, p. 152), é na definição do conjunto das práticas sociais (e na forma como temos acesso a elas) que toda a indagação sobre o fenómeno urbano tem de residir.

O que procuramos, em suma, é a definição do papel que o centro que queremos classificar como cidade desempenha nessas e para essas práticas (porque queremos, e nessa vontade, fruto de uma experiência dóxica que nos diz que as cidades já existiam então, reside todo o problema que aqui nos traz).

Sem embargo, se descartamos a classificação das cidades, quer como o devir predestinado dos processos de complexificação social, quer como organismos de características organolépticas pré-definidas (se me é permitida uma caricatura das perspectivas processualista e taxonómica que já referi), ficamos, em terreno cronologicamente anterior à Antiguidade Clássica, perdidos num deserto de referências válidas para abordarmos o problema, que enunciei, da definição das práticas sociais (urbanas) e da sua relação com o cenário (urbano) onde elas se desenvolvem.

Posso resumir o meu argumento (“e porque não o fez já?” perguntar-me-ão, talvez com razão) à constatação de que, se quisermos ter uma perspectiva holística do fenómeno urbano, uma que aborde o papel da cidade na sociedade (o que não é o mesmo que abordar funcionalmente as funções da cidade), não dispomos de outros modelos de entendimento que aqueles que existem para a cidade greco-romana.

Não nos devemos iludir acerca do papel nodal que a Antiguidade greco-romana aqui desempenha. O próprio âmbito do debate que aqui se nos propõe só tem razão de ser (pelo menos enquanto debate) porque, no seu desenho espacio-temporalmente oblíquo, delimita um conjunto de realidades geográficas e dêmicas sobre as quais a resposta à questão “cidade, sim ou não ?” não é imediata (por ser incompleta, ou pouco generalizada, a experiência dóxica que

já referi). A questão não se põe (falo empiricamente) sobre se são cidades ou não os povoados da Idade do Ferro do Sul ou as “cidades” romanas. E, todavia, o alerta de Stuart Pigott devia servir para que estes consensos empíricos se desfizessem em favor de uma problemática mais alargada, que tentei enunciar antes.

Sinto-me, portanto, autorizado (senão mesmo estimulado) a apresentar como modelos possíveis de entendimento do fenómeno urbano pré e proto-histórico os modelos que têm sido apresentados como possíveis explicações do fenómeno urbano clássico. Isto por duas razões: porque parto do postulado que a experiência urbana pré-clássica no Ocidente europeu não difere essencialmente da mesma experiência no período clássico (que para a maioria das áreas foi a integração no Império Romano); e porque, se for demonstrado que assim não é, estaremos (porque partimos de modelos explicativos relativamente precisos nas suas variáveis) em condições de apresentar um modelo alternativo que preencha o vácuo actual.

Os vários modelos possíveis giram, quase todos eles, ou, pelo menos, uma parcela significativa dos aspectos de todos eles, à volta do modelo de cidade consumidora, traçado por M. Weber (1909; 1921=1958) e reelaborado por Moses I. Finley (1986). O seu argumento fundamental é o da sobrevivência da cidade, enquanto organismo, através da exploração, através de rendas, do seu entorno rural. Se tivermos em conta que esta exploração do entorno rural, para além de todos os condicionalismos jurídicos, se baseia sobretudo na residência urbana da aristocracia, e não na forma como essa aristocracia exerce o seu domínio sobre as classes dela dependentes, o fenómeno, a este nível muito esquemático de elaboração, pode-se talvez aplicar a cidades pré-clássicas.

Associado ao modelo da cidade consumidora está a noção primitivista da economia clássica, particularmente propugnado por Finley. Esta perspectiva já tem sido muito contraditada, do ponto de vista histórico e até propriamente económico (Parkins, 1997; Mattingly, 1997), mas não será despropositado acrescentar uma objecção do ponto de vista antropológico. Esta reside em apontar que, particularmente Finley, recusa aos antigos um interesse em reproduzir financeiramente a riqueza arrecadada – facto inegável – não apreciando o anacronismo implícito no facto de esperar que esse interesse existisse. Ora, a questão está em que certamente não residia nessa reprodução financeira o objectivo implícito na “lógica prática” (Bourdieu 1980, p. 191-208) que presidia à vida económica.

Verifica-se, pelo contrário, que nas cidades antigas a acumulação de riqueza se dissipou maioritariamente sob duas formas: o evergetismo e o consumo ostentatório, não só de bens correntes mas também do próprio espaço urbano. Temos portanto, duas práticas sociais, com origem no sector aristocrático da sociedade, cuja eventual presença no registo arqueológico pré-clássico se podem verificar (ou não).

Uma das alternativas ao modelo da cidade consumidora, proposta através da análise de um caso específico – demasiado específico, aliás, Corinto romana – é o da cidade servidora (Engels, 1990). Esta proposta trouxe à ribalta uma questão essencial, que nem sempre é suficientemente debatida ou sequer equacionada: a da rentabilidade da agricultura antiga e a questão, daí decorrente, do limite a partir do qual se pode propor ser impossível que uma cidade tenha sobrevivido numa estrita base agro-pastoril. D. Engels estimou em 10 000 habi-

tantes o máximo que qualquer cidade pode suportar com um território gerido sem recurso a esforços de transporte por sua vez correntemente impossíveis de gerir. Deriva daí a essência do modelo da cidade servidora, que sustenta que muitas cidades do mundo antigo sobreviveram graças à sua posição nas redes de comércio que atravessavam todo o Mediterrâneo e aos proventos que daí advinham, directa e indirectamente. Sendo manifesta a importância da interacção comercial e de intercâmbios vários ao longo de tanta da Pré-história recente e de toda a Proto-história, creio existir aqui, feita a devida redução à escala (particularmente demográfica), motivo de reflexão.

Os modelos acima referidos assentam numa visão dicotómica da relação cidade-campo, mas essa visão pode ser substituída, talvez com vantagem, por uma visão simbiótica, em que a unidade de análise passa a ser o território, aí se identificando (mais como abstrações do que como entidades discretas no domínio das práticas sociais) áreas urbanas e áreas rurais. Temos aqui um fenómeno a contrastar arqueologicamente (e talvez, diria, de nenhuma outra maneira com tantas possibilidades de sucesso). Sob esta perspectiva, dois outros modelos da cidade antiga têm sido avançados: o da cidade organizadora (Wacher, 1974; Leveau e Goudineau, 1983. Contra Whittaker, 1990), motor de uma ocupação sistemática do espaço e de aproveitamento intensivo dos recursos (nuance importante relativamente ao modelo da cidade consumidora) e o da cidade processadora (Whittaker, 1995), que coloca um ênfase importante no retorno da acumulação urbana e, nessa medida, na circulação económica interna, dentro do território, por oposição à circulação geral que atravessa este, que nele tem origem dirigindo-se ao exterior ou que com origem externa aí termina o seu ciclo.

Destes vários modelos seleccionaria, portanto, alguns indicadores arqueológicos a analisar:

- a residência das elites;
- as práticas sociais de acumulação e dissipação de riqueza;
- os fenómenos demográficos presentes e a sua distribuição dentro dos territórios operativos;
- os fluxos económicos presentes nesses territórios.

E proponho, como metodologia, que o contraste destes indicadores nos leve, não só a afrontar com clareza a questão da existência ou inexistência, simultânea ou diferida, no tempo ou no espaço, de formações urbanas anteclassicas no território que nos interessa como, sobretudo, que esse contraste nos leve a uma definição da morfologia das aglomerações que designamos urbanas.

Fevereiro de 1998

Bibliografia

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1994) – El urbanismo en la Hispania 'céltica': castros y oppida. In ALMAGRO-GORBEA, MARTIN & MARTIN, A. M., eds. – *Castros y oppida en Extremadura*. Madrid: Ed. Complutense, p. 13-78. (Complutum; 4).
- AUDOUZE, F. e BUCHSENSCHUTZ, O. (1989) – *Villes, villages et campagnes de l'Europe celtique*. Paris: Hachette.
- BEAJEU-GARNIER, J. e CHALOT, G. (1967) – *Urban geography*. Londres.
- BOURDIEU, P. (1980) – *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- BUSCHENCHUTZ, O. (no prelo) – Habitat et société celtique: la tentation urbaine. In BERROCAL-RANGEL, L. e GARDES, P., eds. – *Entre Celtas y Iberos: fenómenos demográficos y procesos de urbanización en el Occidente europeo, S. VIII-I a.C.* Madrid: Casa de Velazquez, Universidad Autónoma. (Consultou-se o resumo da comunicação).
- PARKINS, H. M. (1997) [ed.] – *Roman urbanism. Beyond the consumer city*. Londres: Routledge.
- MATTINGLY, D. J. (1997) – Beyond belief? Drawing a line beneath the consumer city. In PARKINS, H. M., ed. – *Roman urbanism. Beyond the consumer city*. Londres: Routledge. p. 210-218.
- CHAPMAN, R. (1995) – Urbanism in Copper and Bronze Age Iberia. In CUNLIFFE, B. & KEAY, S., ed. – *Social complexity and the development of towns in Iberia*. Londres: The British Academy. p. 29-46. (Proc. Brit. Acad.; 86).
- COLLIS, J. R. (1984) – *Oppida, earliest towns north of the Alps*. Sheffield: Un. Press.
- CORREIA, V. H. (1995) – The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres. In CUNLIFFE, B. & KEAY, S., ed. – *Social complexity and the development of towns in Iberia*. Londres: The British Academy. p. 237-262. (Proc. Brit. Acad.; 86).
- ENGELS, D. W. (1990) – *Roman Corinth*. Chicago: Un. Press.
- FINLEY, M. I. (1986) – *A economia antiga*. Lisboa: Ed. Afrontamento.
- JORGE, S. O. (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. *Revista da Faculdade de Letras, do Porto*. Porto. 2.ª Série. Vol. XI, 447-546
- LEROI-GOURHAN, A. (1964) – *Le geste et la parole – Technique et langage*. Paris: Albin Michel.
- LEVEAU, P. e GOUDINEAU, C. (1983) – La ville antique, ville de consommation. *Etudes Rurales*. Paris. 89-91, p. 275-289.
- NOCETE C. F. (1989) – El análisis de las relaciones Centro/Periferia en el Estado de la Primera Mitad del segundo Milenio a.n.e. en las Campiñas del Alto Guadalquivir. La Frontera. In BURILLO MOZOTA, F. ed. – *Fronteras*. p. 37-62 (Arqueologia Espacial; 13).
- PIGOTT, S. (1972) – Conclusion. In UCKO, P. J; TRINGHAM, R. e DIMBLEBY, G. W., eds. – *Man, settlement and urbanism*. Londres: Ducworth. p. 947-953.
- REDMAN, C. L. (1978) – *The rise of civilization*. São Francisco, Cal.: Freeman & C.º.
- RENFREW, C. (1994) – The identity of Europe in prehistoric archaeology. *Journal of European Archaeology*. U. K. 2:2, p. 153-173.
- SILVA, A. C. F. S. (1995) – Portuguese castros: the evolution of the habitat and the proto-urbanization process. In CUNLIFFE, B. & KEAY, S., eds. – *Social complexity and the development of towns in Iberia*. Londres: The British Academy. p. 263-290 (Proc. Brit. Acad.; 86).

- SZINKIEVICZ, S. (1995) – Interactions between the nomadic cultures of central Asia and China in the Middle Ages. In CHAMPION, T. C., ed. – *Centre and Periphery. Comparative studies in archaeology*. Londres: Routledge. p. 151-158. (One world archaeology; n.º 11).
- TRIGGER, B. (1972) – Determinants of urban growth in pre-industrial societies. In UCKO, P. J; TRINGHAM, R. e DIMBLEBY, G. W. eds. – *Man, settlement and urbanism* Londres: Ducworth. p.575-99.
- UCKO, P. J. (1995) – Foreword. In CHAMPION, T. C., ed. – *Centre and Periphery. Comparative studies in archaeology*. Londres: Routledge. p. ix-xvi (One world archaeology; n.º 11).
- UCKO, P. J; TRINGHAM, R. e DIMBLEBY, G. W., eds. (1972) – *Man, settlement and urbanism*. Londres: Ducworth. p. 947-953.
- VEYNE, P. (1989) – O Império Romano. In ARIÉS, P. e DUBY, G., dirs. – *História da vida privada*. Lisboa: Ed. Afrontamento. p. 19-224.
- WACHER, J. (1974) – *The towns of Roman Britain*. Londres.
- WEBER, M. (1909) – *Agrarverhältnisse im Altertum*. Tübingen.
- WEBER, M. (1958) – *The city*. Londres: Heinemann.
- WELLS, P. S. (1988) – *Granjas, aldeas y ciudades*. Barcelona: Labor.
- WHITTAKER, C. R. (1990) – The consumer city revisited: the vicus and the city. *Journal of Roman Archaeology*. Michigan. 3, p. 110-118.
- WHITTAKER, C. R. (1995) – Do theories of the ancient city matter? In CORNELL, T. J. e LOMAS, K., eds. – *Urban society in Roman Italy*. Londres: University College Press.
- WILKINSON, T. J. (1994) – The structure and dynamics of dry-farming states in Upper Mesopotamia. *Current Anthropology*. Chicago. 35, p. 483-520.

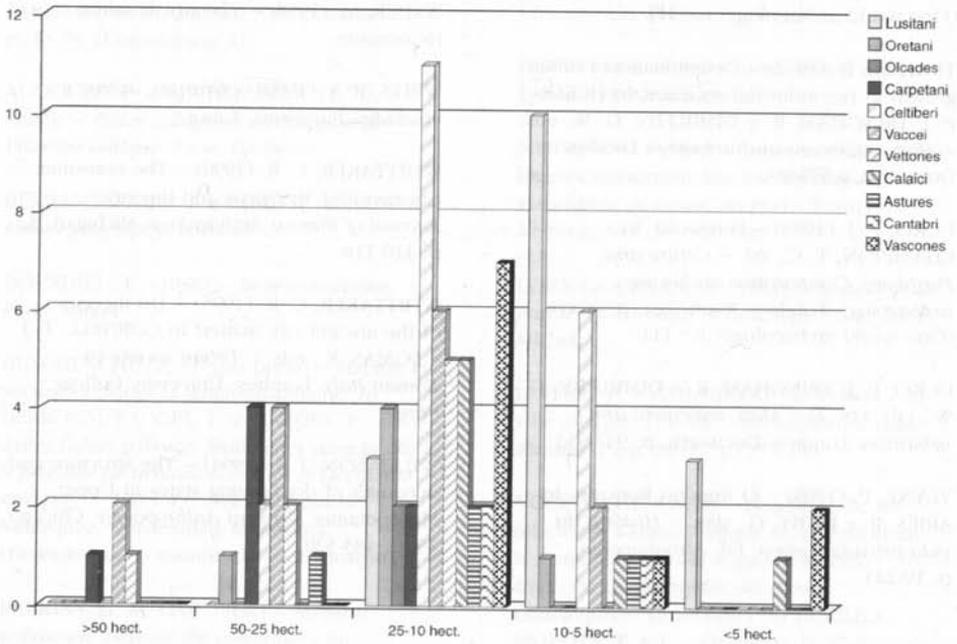


Fig. 1 – Os *oppida* como fenómeno de nucleação. O volume populacional sofre de sensíveis diferenças, relacionadas com o complexo cultural a que pertence, fruto de distintos processos históricos. Gráfico segundo os dados de ALMAGRO-GORBEA 1994, cuadro II, p. 66. Segundo o mesmo autor “castro é um povoado situado num lugar de fácil defesa, reforçada com muralhas, que defende no seu interior uma pluralidade de habitações de tipo familiar e que controla uma unidade elementar de território, com uma organização social pouco complexa e pouco hierarquizada (id. 15), enquanto oppidum é uma povoação fortificada, e portanto geralmente situada num alto, de tamanho relativamente grande, ainda que podendo ser inferior a 10 hect. Em alguns casos, mas destacando-se sempre sobre as outras da sua região, pois o essencial é que controle um território amplo e hierarquizado, do qual é o centro político e administrativo” (id. 26). De onde se pode concluir que a distinção reside na existência de um limiar (mesmo que relativisticamente definido) que interessa a extensão do povoado, o volume de população e a dimensão do território controlado.

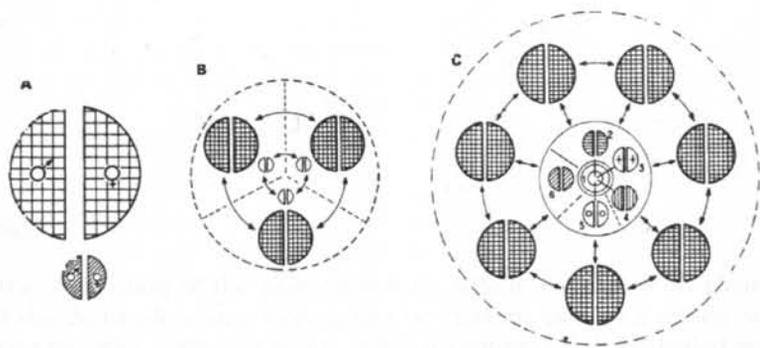


Fig. 2 – A cidade como ápice funcional: “A – Esquema funcional do grupo agrícola elementar. O dispositivo vital é partilhado entre os indivíduos reunidos por sexo num certo número de fórmulas sociais baseadas na família por extensão. O sistema assegura uma certa margem de especialização, em particular através das classes etárias. O grupo agrícola é completado em numerosos casos desde a Idade do Bronze por um grupo individual ou colectivo restrito: o artesão (ferreiro ou oleiro, pedreiro, tecelão, etc.). B – Organização espacial dos grupos agrícolas. Cada grupo está fixado, pelo menos relativamente, no seu território e mantém com os grupos vizinhos trocas que podem chegar à aliança matrimonial ou restringir-se às trocas materiais. Os artesãos mantêm entre si um sistema de relações do mesmo tipo, que pode chegar a cobrir vastas regiões e acompanhar-se de uma estrita endogamia. C – Esquema funcional do dispositivo citadino. A cidade desempenha a função de centro do território e insere-se num grupo de aldeias agrícolas do tipo da gravura anterior, donde retira os seus recursos, e que assegura a coesão. O poder central (1) está ligado às funções militares (2), religiosas (3) e jurídicas (4), que têm tendência para se especializarem em indivíduos ou classes distintas. Os mercadores (5) constituem um grupo cujo segregação, em relação às classes dirigentes, é variável, a sua acção indirecta e suas alianças conferem-lhes sempre uma notável importância. Os artesãos (6) e o pequeno comércio estão completamente isolados das classes dirigentes de quem são dependentes, mas uma parte dos seus elementos assegura a sua promoção pela permeabilidade da classe dos mercadores.” (Leroi-Gourhan, 1964, p. 171 e 234).

